

ATA DA 377ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos treze dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os (as) Conselheiros (as): Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horacio Xavier Franco Neto, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Representando a Corregedoria Geral, Aluísio lunes Monte Ruggeri Ré, Pedro Antonio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Douglas Ribeiro Basílio. O Presidente iniciou a sessão às 09h47min, comunicando que, nesta semana, esteve em reunião com o Governador Geraldo Alckmin, e avaliou que encontro foi muito profícuo. Informou que o Governador se colocou à disposição para trabalhar em conjunto com a Defensoria Pública, auxiliando no que for necessário à atuação da instituição. Comunicou que, ainda nesta semana, participou de uma reunião com o Secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, na qual discutiram a elaboração de uma agenda conjunta entre as instituições. Apontou que, na oportunidade, foi conversado sobre o projeto de atendimento a presos provisórios, cuja atuação nos Centros de Detenção Provisória da Capital terá início em julho e a expectativa é que, até setembro, tenham início as visitas nos CDPs do interior do Estado. Apontou dificuldades em fazer o atendimento a presos provisórios na interior, em razão da necessidade de afastamento do Defensor Público da triagem, podendo ocasionar problemas para as unidades. Comunicou que sobre a questão da ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que visa anular o ato de sua nomeação como Defensor Público-Geral por não ser inscrito nos quadros do órgão, foi levada para o Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege). Os Defensores-Gerais se sensibilizaram com a situação e decidiram atuar conjuntamente com a Anadep, objetivando pautar a ADI nº 4636, que analisará a necessidade da vinculação de Defensores Públicos aos quadros da OAB, no Supremo Tribunal Federal (STF). Apontou que o objetivo para as próximas semanas é que haja reunião com o Ministro Gilmar Mendes, relator do processo, e com os demais Ministros. Noticiou que, no período da copa, tudo ocorreu conforme o planejado pela comissão especial instituída pela Defensoria Geral, considerando que a atuação foi pontual e efetiva. Apontou que houve duas equipes que foram para as zonas de exclusão do estádio em Itaquera e da Fan Fest, no Vale do Anhangabaú, além de outra equipe que acompanhou as manifestações e prestou informações à imprensa. Relatou que o Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Português presidiu a comissão, e manteve contato direto com o Assessor da Secretaria de Segurança Pública, Eduardo Dias durante as manifestações, visando acompanhar, monitorar e assessorar a população nos casos em que houve excesso por parte dos policiais. Informou que, na última quarta-feira, foi realizada a escolha de vagas pelos recém ingressos Defensores Públicos, e informou que as atividades foram iniciadas nesta sexta-feira, com a participação do Defensor amigo, e a partir de segunda-feira, iniciarão efetivamente sua atuação. Por fim, comunicou que a Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) realiza eleições para sua próxima gestão. Informou que, na última quarta-feira, houve a votação nas unidades do interior do Estado, e nesta sexta-feira ocorrem às eleições na Capital. Convidou a todos os Defensores Públicos a votarem, dada a importância da Apadep para a Defensoria Pública e para os Defensores Públicos. Após, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Estagiária do Núcleo Especializado de Discriminação, Racismo e Preconceito, Aydé Fiorino. Ela defendeu a permanência do item raça/cor nos formulários de atendimento da Defensoria aos presos provisórios. Considerou que a Defensoria Pública seria pioneira em monitorar essa informação dentro dos estabelecimentos prisionais, de modo a possibilitar o desenvolvimento de políticas afirmativas para a população negra. Relatou ser militante de movimentos sociais e se prontificou a intermediar a comunicação entre a Defensoria Pública e o movimento negro para utilizar os dados obtidos na construção de políticas voltadas ao fim do racismo institucional. O Presidente informou que a discussão será travada no bojo do processo CSDP nº 229/14, que está em análise do Conselheiro

Luiz Eduardo de Toledo Coelho, sendo apresentado o voto vista em breve. Após, franqueou a palavra à Defensora Pública Flavia D'Urso da Unidade VEC. Informou que pretende se inscrever ao cargo da Corregedoria Geral, e submeterá ao Conselho seu plano de atuação com as propostas e as metas que pretende atingir. Afirmou que pretende dar continuidade ao trabalho da atual Corregedoria Geral, e focar nas atividades de orientação, além da fiscalização, mas adiantou que pretende estabelecer um contato próximo com a Edepe, visando atuar preventivamente. Revelou que teve conhecimento de que a Defensora Kathy Beja também pretende concorrer ao mesmo cargo, e também apresentará um plano de atuação no Conselho Superior, por isso, considerou que haverá um debate enriquecido e o Colegiado poderá escolher o próximo Corregedor Geral. O Presidente parabenizou pela iniciativa e disponibilidade em concorrer ao cargo de Corregedor-Geral, e destacou que, no próximo sábado, sairá publicado o edital de abertura das inscrições. Acompanharam os cumprimentos todos os Conselheiros. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Presidente colheu as inscrições, e franqueou a palavra ao Conselheiro Pedro Avellar. Ele indagou sobre a chegada de novos Estagiários de Direito, tendo em vista o aumento da quantidade de Defensores Públicos. Solicitou que a quantidade de estagiários nas unidades fosse revista. O Terceiro Subdefensor respondeu que o Departamento de Recursos Humanos está elaborando uma proposta para aumentar o número de vagas de estagiários nas unidades, observando os critérios fixados pelo Conselho Superior sobre o assunto por ocasião da última expansão institucional em 2013. Relatou que existe hoje o processo de seleção permanente de estagiários, com a realização de concursos todos os meses. Por fim, pontuou que a proposta será encaminhada em breve para o Conselho, sendo necessária a célere aprovação, visando que os estagiários entrem em atividade em breve. O Conselheiro Luiz Eduardo Coelho analisou que o atual sistema de contratação de estagiários pelo CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) causou queda na qualidade dos estagiários selecionados, acarretando prejuízo no trabalho do Defensor Público. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa informou que, na primeira semana de atuação, está se dedicado a conhecer o cotidiano da Defensoria Pública, no qual realizou visitas em algumas unidades da Capital e que pretende conhecer também outras unidades. Parabenizou a Defensoria Pública pela atuação nas manifestações ocorridas ontem, e avaliou que a atuação fez toda diferença com relação à violência policial. Mostrou a necessidade da participação da instituição em eventos menores, garantindo que não ocorram graves violações de direitos. Prestou informações e mostrou algumas fotos sobre a atuação truculenta da polícia militar, e elogiou a atuação do Primeiro Subdefensor e dos demais Defensores, no enfrentamento equilibrado e na hora certa ocorrida nas manifestações. Considerou importante que a instituição mantenha um contato direto com a Secretaria de Segurança Pública, exigindo a permanência de ambulâncias nos locais onde ocorrem as manifestações para atendimento aos feridos. Por fim, destacou a presença de um grupo chamado "Observadores Legais", que não participam das manifestações, mas que as observa com intuito de produzir documentos, de colher depoimentos e elementos que posteriormente serão encaminhados a órgãos públicos, entre eles a Defensoria Pública. O Representante da Apadep, Douglas Basílio considerou ser muito importante a atuação da Defensoria Pública nas manifestações. Solicitou que a comissão especial designada para atuar nesses eventos faça um relatório com as principais atividades ocorridas e apresente aos demais Defensores Públicos. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti prestou informações sobre a mobilização ocorrida nesta semana entre as 2ª e 3ª Subdefensorias, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), Coordenadoria Geral de Administração (CGA), Assessoria da Qualidade e Grupo Técnico, a fim de garantir a estruturação das unidades que receberão novos Defensores Públicos. O Conselheiro Luis Gustavo informou, ainda, que houve envio às unidades novas de documento relativo à expectativa de atuação específica de cada uma das defensorias criadas, devendo tais atribuições serem alvo da posterior fixação definitiva pelo Conselho Superior.. No quanto toca às unidades de Jacareí, Praia Grande e Franco da Rocha, o Conselheiro Luis Gustavo apontou que a administração está trabalhando para que a estruturação das unidades seja feita o quanto antes, de modo a diminuir os prazos das designações e iniciar em breve a iriagem, observando o Ato DPG nº 20. O Conselheiro Alexandre Orsi perguntou se existe um cronograma para a Defensoria Pública iniciasse a atuação nas cidades de Rio Claro e Ferraz de Vasconcelos,

onde não há sede da instituição. O Conselheiro Luis Gustavo esclareceu que, em Rio Claro, diversos imóveis foram apresentados na gestão anterior, mas reprovados pela Assessoria da Qualidade. Portanto, informou que ainda não há imóvel definido, razão pela qual a Administração, em conjunto com os Defensores da unidade, está trabalhando na prospecção de imóvel para locação na cidade. No entanto, observou que em Rio Claro a Defensoria ocupa duas salas no fórum local. No caso da Unidade de Ferraz de Vasconcelos, informou que um investidor está construindo a unidade, com todas as especificações técnicas. Comunicou que, de acordo com o calendário, a obra será concluída no prazo de sete meses, podendo receber as divisórias e demais instalações. Por fim, pontuou que inicialmente tinha a ideia de designar os Defensores de Ferraz de Vasconcelos para atuar em outra unidade, mas informou que não foi necessário, diante da cessão de sala no fórum. O Conselheiro Alexandre Orsi indagou qual o prazo que a atual Administração Superior pretende cumprir as deliberações aprovadas pela antiga formação do Conselho Superior, tendo em vista que já houve sinalização para concretizá-las. Nesse sentido, ele solicitou que fosse estipulado um prazo para se cumprir as deliberações, visando dar maior tranquilidade aos Defensores, sobretudo na deliberação a respeito dos plantões judiciais. O Presidente avaliou ser necessário um tempo para avançar diante das posições tomadas pela antiga gestão. Com relação aos plantões judiciais, informou que a Assessoria Jurídica elaborará um novo parecer, no entanto, com relação aos quinquênios, informou que a ação movida pela Apadep teve a liminar indeferida, contudo, a Procuradoria Geral do Estado elaborou a contestação da ação. Nesse sentido, mostrou dificuldade em estabelecer um prazo para o cumprimento das deliberações, porém estima que em cerca de dois meses a questão pode estar definida. O Conselheiro Alexandre Orsi mostrou a necessidade de adaptação da Lei 988/06, em decorrência do projeto que tramita na Assembléia Legislativa há mais de dois anos, em razão da Emenda Constitucional 80/2014. O Presidente avaliou ser necessária a adaptação, e apontou que uma comissão poderá ser elaborada, visando estudar uma proposta. No entanto, mostrou a necessidade de analisar o que o Condege e a Anadep farão com relação à autoaplicabilidade do que foi aprovado com a Emenda Constitucional nº 80/14. O Conselheiro Pedro Avellar solicitou que o processo CSDP 382/08, que discutiu a alteração da Lei 988/06 fosse encaminhado aos Conselheiros, a fim de iniciar uma nova discussão. Mostrou a importância de substituir o projeto que hoje está na Alesp, apresentando-se outro atualizado. O Presidente concordou com o resgate histórico das discussões feitas na época do projeto de adaptação da Lei 988/06 à Lei 132/09. Por fim, defendeu a reformulação do projeto, diante do congelamento do projeto que se encontra hoje na Alesp. O Representante da Apadep, Douglas Basílio reforçou que, na última quarta-feira, havia sido realizada a eleição para a próxima gestão da Apadep no interior, e informou que, hoje, estava sendo realizada a eleição na Capital. Externou o convite para que todos os Defensores Públicos associados participassem das eleições, visando legitimar a próxima administração da Apadep. O Conselheiro Horacio Xavier informou que, após a vinculação do Defensor-Geral aos quadros da OAB, diversos Defensores Públicos desvinculados estão recebendo notificações de cobrança de anuidades que supostamente estariam em atraso. Relatou que esse fato tem gerado desconforto, pois os Defensores não sabem como proceder. Nesse sentido, pediu um posicionamento da administração superior sobre o que se deve fazer. Mencionou que, caso os Defensores sejam obrigados a se inscrever para poderem atuar, não devem ser obrigados a pagar as anuidades, considerando que exercem uma função pública e não privada. Com relação ao julgamento da ADI 4636, considerou importante a articulação com os Ministros do Supremo Tribunal Federal de modo que eles tenham conhecimento da posição da Defensoria Pública e pautem o julgamento da ADI. Avaliou que a questão da legitimidade deve ser enfrentada, citando que, nesta semana, em uma sessão de julgamento de uma ação civil pública do Núcleo do Consumidor, os Desembargadores do Tribunal de Justiça fizeram ressalvas com relação à legitimidade da Defensoria Pública para atuar coletivamente em algumas questões. O Presidente informou que teve conhecimento das cobranças dos Defensores, e apontou que os casos individuais estão sendo acompanhados. Informou que a intenção é conseguir a suspensão do processo que questiona a sua nomeação e também dos processos individuais, através de articulações com os Ministros do Supremo Tribunal Federal. O Conselheiro Luiz Eduardo informou o pedido de Defensores da Regional de São José dos Campos relacionado à distribuição de cargos e sobre

pautas duplas fora encartado nos autos CSDP nº 210/14, mas após tratativas com a Secretaria do Colegiado, o pedido deverá ser distribuído para o Colegiado discutir. Considerou que a expansão irá aumentar a ocorrência desses problemas em unidades que antes não havia. O Presidente afirmou que é interesse da administração encarar o problema das pautas duplas. No entanto, avaliou que o processo de atribuição dos cargos pode ser utilizado para discutir a questão, devendo incluir debates também sobre a figura do Defensor substituto. Não havendo mais inscritos para as manifestações dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. O Presidente indagou os Conselheiros sobre processos urgentes a serem votados, e após elencarem, iniciou chamando para discussão o processo CSDP nº 178/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de Deliberação que busca estabelecer a política de atendimento das pessoas provisoriamente presas, atendidas pela Defensoria. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator apontou a necessidade de indicações da comissão, nos moldes do artigo 15 da Deliberação CSDP 297/14, e se colocou a disposição para compor a comissão representando o Conselho Superior. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade, a indicação do Conselheiro Rafael Bessa para compor a comissão de monitoramento, representando o Conselho Superior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, indicar os seguintes integrantes da comissão de monitoramento: Bruno Girade Parise, Representante indicado pela Defensoria Pública-Geral, que a presidirá; Rafael Bessa Yamamura, Representante do Conselho Superior; Verônica dos Santos Sionte, Representante do Núcleo Especializado de Situação Carcerária; Paulo Cesar Malvezzi Filho, Representante da sociedade civil indicado pela Ouvidoria. CSDP nº 226/14. Interessada: Marcela Venturini Diorio. Assunto: Pedido de afastamento para participação, como palestrante e espectadora, no V Simpósio Internacional sobre Reduccion de Danõs, nos dias 26 e 27 de junho de 2014. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. CSDP nº 227/14. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Regularização Fundiária - Gestão Urbanística, Jurídica e Social", no período de 16, 23 e 30 de junho e 07, 14 e 21 de julho de 2014. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos interessados, exceto dois defensores recém-ingressos, e homologar a desistência de um Defensor Público. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Pedro Avellar manifestou o pedido para que a Edepe fornecesse informações se foi observada a quantidade limite de afastados por ano. O Conselheiro Rafael Bessa manifestou o entendimento de que a diligência fosse cumprida pela Secretaria do Conselho. Acompanhou o entendimento o Conselheiro Pedro Avellar. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, que a Secretaria do Conselho Superior efetue o controle de afastamentos anuais, certificando nos autos quando chegarem para análise do Colegiado. Consignase que o Colegiado deliberou, por unanimidade, expedir comunicado à carreira para que fosse observado o limite de afastamentos previstos na deliberação de afastamentos de Defensores e Servidores, visando evitar diligências por parte dos Conselheiros. Por fim, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência do Defensor Público Marcelo Martiniano de Oliveira, indeferir o afastamento dos Defensores Públicos Peter Gabriel Molinari Schweikert e Fernanda Dutra Pichiari, e deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Allan Ramalho Ferreira, Cesar Augusto Luiz Leonardo, Cecilia Fonseca Bandeira, Maria Clara Paleta Lomar, Felipe Amorim Príncipe, Leandro Silvestre Rodrigues e Silva, Adele Aparecida Fernandes Moraes, Flavio de Almeida Pontinha. Deliberou ainda, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes servidores/as: Gilberto Ferraz Kfour, Renata Carvalho da Silva, Rejane Rodrigues Callejon, Marilene Alberini, Luciana Arbeli Bernardes, Leonice Fazola de Quadros, Cristina Pereira de Oliveira, Andressa Alves de Carvalho, Virginia Regina de Oliveira, Regiane Lucas de Souza. (COMUNICADO). Considerando o disposto na Deliberação CSDP nº 27, de 05 de janeiro de 2007; Considerando o disposto na Deliberação CSDP nº 183, de 23 de julho de 2010; Considerando a necessidade de se garantir a continuidade do

serviço público; Considerando a constante necessidade de diligências por parte do Conselho Superior; Considerando o disposto no art. 31, XVIII, da Lei Complementar nº 988, de 09 de janeiro de 2006; O Defensor Público-Geral do Estado, atendendo sugestão do Conselho Superior da Defensoria Pública, recomenda a todos os Coordenadores Regionais que, para deferimento dos pedidos de afastamento, observem o limite previsto nas Deliberações CSDP nº 27/07 e CSDP 183/10, equivalente a 2/5 (dois quintos) dos Defensores e Servidores em atividade em cada Unidade da Defensoria Pública, excluídos eventuais afastamentos em razão de férias ou licenças na mesma data. Nos locais em que o número de Defensores Públicos e Servidores não alcance 5 (cinco), deverá ser observado o limite de 1/2 (metade) dos membros em atividade na Unidade nos períodos dos afastamentos, nos moldes das Deliberações citadas. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Terceiro Subdefensor Geral pediu prorrogação dos autos, visando apresentar voto em breve. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 353/13. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2012 a abril de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório da Comissão de Prerrogativas. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixam suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir consulta pública, encaminhando a proposta de deliberação à carreira, visando colher manifestações de interessados no tema. O Conselheiro Rafael Bessa concordou com a realização da consulta pública, e mostrou preocupação com o fato da nova função ser criada antes da revisão das atribuições. Mostrou a importância de amadurecer a proposta, pois indica um afastamento perene e isso poderia sobrecarregar o trabalho em algumas unidades. O Ouvidor Geral, Alderon Costa pediu que o prazo para a coleta de manifestações fosse mais abrangente, em virtude da Copa do Mundo e também para que a Ouvidoria tivesse tempo hábil para articular com a sociedade civil. Nesse sentido, indagou ao relator se o processo dispunha de um estudo acerca desta demanda nas unidades. O Conselheiro Bruno Miragaia concordou com a dilatação do prazo, e informou que o Núcleo Especializado havia instruído o processo com um estudo da demanda, porém mostrou que os dados datam de dois anos atrás. Considerou que somente após a criação da função será possível identificar o tamanho da demanda. O Conselheiro Wagner Ribeiro defendeu que, antes de se estabelecer uma função, as atribuições deveriam ser revistas, a fim de que em todas as unidades haja Defensores Públicos com atuação cível/fazenda pública. Avaliou que nas unidades do interior, em que pese diversos Defensores possuam atribuição família, cível e fazenda pública, na prática acabam por realizar apenas demandas de família. O Conselheiro Pedro Avellar relatou que na Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ) ele teve atuação processual direta em conflitos agrários e de reintegrações de posse em regiões do Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira. O Representante da Corregedoria-Geral, Aluísio Iunes manifestou considerar um tema muito importante, sobre o qual a Defensoria ainda é omissa. Relatou o caso de uma usina de processamento de cana-de-açúcar em Ribeirão Preto que, apesar de estar em débito com o erário, obteve decisão liminar favorável para reintegração de posse de uma área ocupada há anos. O Conselheiro Bruno Miragaia avaliou que a intenção da proposta é descentralizar a atuação da Defensoria para que a demanda fosse recebida e tratada próximo aos locais de conflitos. Apontou que atualmente o Núcleo possui uma banca de processos formada pela impossibilidade de Defensores das unidades assumirem a demanda. Apontou ainda que, os movimentos de moradia são organizados e a atuação deles se dá principalmente em âmbito municipal. O Representante da Apadep, Douglas Basílio mencionou que o código de processo civil será alterado e uma das inovações diz respeito à obrigatoriedade da Defensoria Pública atuar em todas as ações coletivas

para proceder em defesa dos hipossuficientes. O Conselheiro Luiz Eduardo mostrou dificuldades das pessoas participarem ativamente de consultas e audiências públicas devido à ausência de informações básicas. Considerou a necessidade de antecipadamente o maior número de subsídios possíveis para que o debate seja profícuo, assim, sugeriu que o prazo fosse dilatado para que as informações fossem qualificadas e transmitidas aos interessados em participar da consulta. O Conselheiro Bruno Miragaia manifestou que o processo contém informações suficientes e a minuta de deliberação nele confida é rica de dados e pode ser enviada junto ao comunicado de consulta pública. Apontou que o processo está disponível no Sistema de Gestão de Documentos e Processos, bem como o site do Núcleo possui todas as informações necessárias. O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira lembrou que o tema é discutido com frequência durante os Ciclos de Conferência e na Jornada pela Moradia Digna, assim, pediu para que, além da consulta, fosse realizada uma audiência pública para que a sociedade civil pudesse compartilhar sua experiência na área. O Conselheiro Bruno Miragaia avaliou que seria mais profícuo abrir a consulta pública, coletar as informações e eventualmente convocar uma audiência pública. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade a abertura de consulta pública, e posteriormente, designa-se uma audiência pública. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo de consulta pública, nos termos do comunicado a seguir publicado. (COMUNICADO) O Conselho Superior da Defensoria Pública, no uso de suas atribuições legais, DELIBEROU, na 377ª Sessão Ordinária, realizada em 13 de junho de 2014, submeter a proposta de Deliberação constante nos autos CSDP nº 355/13, que cria a função de Coordenador/a de Habitação e Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas, a comentários e sugestões dos Defensores/as Públicos/as, Servidores/as e Sociedade Civil, garantindo a gestão democrática e ampla participação popular na implementação de políticas públicas. Na elaboração da proposta levou-se em consideração: 1) A criação e regulamentação da função de Coordenador de Habitação e Urbanismo e questões agrárias no seio da Defensoria Pública; 2) Que as funções serão exercidas, a princípio em âmbito regional, por Defensores Públicos indicados pela Coordenação do Núcleo de Habitação e Urbanismo, após amplo debate entre os integrantes deste órgão. 3) Que os nomes dos Defensores Públicos selecionados serão submetidos à Defensoria Pública-Geral para efeito de designação, sendo que o mandato acompanhará o mandato da Coordenação do respectivo Núcleo. 4) Que para o exercício das funções aqui regulamentadas, o Defensor Público será afastado total ou parcialmente de suas atribuições ordinárias. 5) Que a coordenação de Habitação e Urbanismo e Questões Agrárias terá como funções: a) atuação judicial ou extrajudicial em processos de conflito coletivo de terra, urbana ou rural; b) relação insitucional com as autoridades locais; c) educação em direitos na área de Habitação e Urbanismo e questões agrárias e, d) o cumprimento dos encaminhamentos deliberados nas reuniões ordinárias do Núcleo de Habitação e Urbanismo. 6) O texto completo da proposta de Deliberação integra a presente consulta pública, estando disponível abaixo. As manifestações fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas à Secretaria do Conselho Superior da Defensoria Pública, de preferência por correspondência eletrônica no endereço conselho@defensoria.sp.gov.br, até as 17hs do dia 31 de julho de 2014, fazendo-se acompanhar, se o caso, de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo. CSDP nº 356/13. Interessados: Tatiana Semensatto de Lima Costa e Fernando Artacho Carvalho Martins. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Osasco - Unidade Carapicuíba (1ª e 3ª Defensoria Pública da Unidade Carapicuíba). Relator: Conselheiro Bruno Díaz Napolitano. O relator pediu prorrogação, justificando que houve concurso de renovação recente, no qual os interessados foram removidos. Portanto, explicou que haverá necessidade de consulta aos Defensores que ocuparão as "defensorias da unidade Carapicuíba". O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade a prorrogação dos autos. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 012/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. Revisor: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. (Processo nº). (Interessado/a): 014/14-Benno Buchman, 015/14- Luiza Ferreira Coelho, 016/14- Saulo Dutra de Oliveira, 017/14-Luis

Fernando Vilas Boas Bonachela. 018/14- Juliano Bassetto Ribeiro. 019/14- Rodrigo de Almeida Castro. 020/14- Fabricio Keidy Arakaki. 021/14- Felix Roberto Damas Junior. 022/14- Diogo Cesar Perino. 023/14- Guilherme Augusto Campos Bedin. 024/14- Juliana Martins de Carvalho Monnerat. 025/14- Flavia Quintaes Louvain Coelho. 026/14- Amanda Ruiz Babadopulos. 027/14- Mariana Melo Bianco. 028/14- Debora Lopes de Carvalho. 029/14- Ricardo Jorge Kruta Barros. 030/14- Mariana Zakia Cavalcanti. 032/14- Rosely Galvao Mota. 033/14- Leonardo Scofano Damasceno. 035/14- Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. 036/14- Mario Henrique Ditticio. 037/14- Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles. 038/14- Fernanda Caccvali Macedo. 039/14- Fabiana Julia Oliveira Resende. 040/14- Andre Spilari Bernardi. 041/14- João Paulo dos Santos. 042/14- Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes. 044/14- Monica Godano Schlotdman. 045/14- Bruno Cesar da Silva. 046/14- Rafael Folador Strano. 047/14- Cristina Son. 048/14- Carla Pinheiro Martins. 049/14- Andrea da Silva Lima. 050/14- Renata de Mello. 051/14- Paula Vieira Salles. 052/14- Jose Rodolfo Stutz Cunha. 053/14- Priscilla Batista Bastos. 054/14- Eduardo Jacomo Teixeira. 055/14- Danielle Cristina Uemura. 056/14- Thaluane Fonseca. 057/14- Bruno Girade Parise. 058/14- Ana Livia Mottola. 059/14- Douglas Tadashi Magami. 060/14- Carolina Leite Lopez de Leon. 061/14- Gustavo Rodrigues Minatel. 062/14- Luiza Lins Veloso. 063/14- Matheus Bortoletto Raddi. 064/14- Adriano Lino Mendonça. 065/14- Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. 066/14- Felipe Capra da Cunha Lopes. 067/14- Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. 068/14- Danilo Martins Ortega. 069/14- Mariana Salomão Carrara. 070/14- Marta Morena Maluly Cardoso. 071/14- Bernardo Faeda e Silva. 072/14- Luciana Angelo Almeida Santos. 073/14- Larissa Grimm Bakri. 074/14- Douglas Ribeiro Basilio. 075/14- Simone Lavelle Godoy de Oliveira. 076/14- Ricardo Lourenço Dias Ferro. 077/14- Erik Saddi Arnesen. 078/14- Maria Clara Paletta Lomar. 079/14- Beatriz Sutti Ferreira. 080/14- Rafael Soares da Silva Vieira. 081/14- Milena Jackeline Reis. 082/14- Roseleine Aparecida da Silva. 083/14- Aurea Maria de Oliveira Manoel. 084/14- Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. 085/14- Cristina Emy Yokaichiya. 086/14- Adriana Mas Rosa. 087/14- Veronica dos Santos Sionti. 088/14- Vanessa Alves Vieira. 089/14- Flavio de Oliveira Frias. 090/14- Mariana Pagano Gil. 091/14- Ana Paula de Souza Campos. 092/14- Daniel Mobley Grillo. 093/14- Orivaldo de Sousa Ginel Junior. 094/14- Paulo Andre Costa Carvalho Matos. 095/14- Renata Oliva Monteiro. 096/14- Silvia Caniver Drago. 097/14- Ana Braga Nobre Correia. 098/14- Camila Paronetti Silva. 099/14- Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. 100/14- Andre Cadurin Castro. 101/14- Mario Eduardo Bernardes Spexoto. 102/14- Arthur Soares Pinto Moser. 103/14- Luciano Pereira de Andrade. 104/14- Jonas Zoli Segura. 105/14- Karina Santos Salvador. 107/14- Maria Teresa Bastia Vichi. 109/14- Juliana Alves de Almeida. 110/14- Fabio Henrique Esposto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 034/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2013 a janeiro de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que o relatório semestral fosse disponibilizado no portal do referido núcleo. Acompanhou o Ouvidor Geral, Alderon Pereira. O Conselheiro Horácio Xavier manifestou que há limitação de armazenamento de dados no portal, nesse sentido, sugeriu que a proposta do Conselheiro Pedro Avellar fosse levada em reunião da Primeira Subdefensoria com os Núcleos Especializados. O Presidente encaminhou para deliberação a sugestão do Conselheiro Horácio Xavier, sendo aprovada por unanimidade. A seguir, encaminhou para deliberação a aprovação do relatório semestral do Núcleo Especializado de Promoção de Defesa dos Direitos da Mulher, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. CGDP CAEP nº 026/13. Interessado: Daniel Palotti Secco. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior

DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 053/13. Interessada: Isadora Brandao Araujo da Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 103/13. Interessado: Urbano Finger Neto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 071/13. Interessado: Marcelo Dayrell Vivas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 025/13. Interessado: Daniel Bidoia Donade. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 005/13. Interessada: Alline Delbem. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 089/13. Interessado: Rafael Cardoso Freitas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 035/13. Interessado: Eduardo Terraço. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 039/13. Interessado: Fausto Dalmaschio Ferreira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o 1º relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13hs, prorrogando-se os demais processos da ordem do dia. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho

Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 126/14. Interessado: Alessandro Izzo Coria. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 127/14. Interessada: Fabiana Botelho Zapata. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 129/14. Interessada: Patricia Simeonato. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 131/14. Interessado: Felipe Pires Pereira. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 15 de março de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2013). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 183/14. Interessado: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro a março de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/14. Interessado: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplex para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Franciane de Pátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 229/14. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Apresentação de modelo de formulários de atendimento, nos termos da Deliberação CSDP nº 297/14 (que organiza a política institucional de atendimento às pessoas presas provisoriamente atendidas pela Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/13. Interessado: Adriano Pinheiro Machado Buosi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 043/13. Interessada: Fernanda Fernandes Gomes Rozo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos treze dias do mês de junho do ano de 2014.

Rafael Valle Vernaschi
Presidente

Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro

Aluisio Tunes Monti Ruggeri Re
Representante da Corregedoria-Geral

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

Bruno Ricardo Miragaia de Souza
Conselheiro

Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro

Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro

Pedro Antonio de Avelar
Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro

Alderom Pereira da Costa
Ouvidoria Geral

Douglas Ribeiro Basílio
Representante da Apadep

3